



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 19515.001002/2009-91
Recurso nº De Ofício
Acórdão nº **1401-002.080 – 4^a Câmara / 1^a Turma Ordinária**
Sessão de 19 de setembro de 2017
Matéria IRPJ
Recorrente FAZENDA NACIONAL
Interessado VIA NET EXPRESS TRANSPORTES LTDA

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2004, 2006

IRPJ. LUCRO PRESUMIDO. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL E DE TRANSPORTE DE CARGAS.

O contribuinte logrou êxito em comprovar que parte de suas receitas decorre da prestação de serviços de transporte de carga, exonera-se parcialmente a exigência.

CSLL. REFLEXO.

O decidido quanto ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica aplica-se à tributação decorrente dos mesmos fatos e elementos de prova.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso de ofício. Ausente momentaneamente a Conselheira Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin.

(assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves - Presidente.

(assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva- Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Luiz Augusto de Souza Gonçalves (Presidente), Livia de Carli Germano (Vice-Presidente), Luiz Rodrigo de

Oliveira Barbosa, Abel Nunes de Oliveira Neto, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Daniel Ribeiro Silva e José Roberto Adelino da Silva. Ausente momentaneamente a Conselheira Luciana Yoshihara Arcangelo Zanin

Relatório

1. Trata-se de Recurso de Ofício em razão do acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Paulo (SP), exonerar o crédito tributário decorrente do auto de infração de nº **19515.001002/2009-91**, referente ao Imposto Sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ano-calendário 2004 e 2006.

2. Ao compulsar dos autos, nota-se que o TVF-Termo de Verificação Fiscal, às fls. 48/52 informa que o procedimento fiscal junto ao sujeito passivo acima identificado, restringiu-se à verificação da regularidade fiscal na qual recalculou os valores de IRPJ (R\$ 5.367.174,86) e CSLL (R\$ 2.050.415,18) dos anos de 2004 e 2006, utilizando a base de cálculo do lucro presumido de 32%, por entender ter sido incorreto o cálculo feito pela contribuinte ao utilizar o lucro presumido de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSSLL.

3. De acordo com a fiscalização, a atividade da VIA NET EXPRESS TRANSPORTES LTDA, é a intermediação de negócios, através da organização do transporte de carga, o que “*pressupõe a facilitação para a realização do transporte, como o acondicionamento dos bens a serem deslocados, a retirada do estabelecimento e a entrega do bem transportado à companhia aérea e vice-versa, a realização de segurança e acompanhamento da carga. O acondicionamento e a segurança, embora possam não caracterizar a intermediação de negócios, também está sujeito ao coeficiente de 32% na apuração do lucro presumido, pois se caracteriza como serviço em geral*

”.

4. Desta feita, sujeitou-se a contribuinte ao lançamento do tributo com base nos elementos de que dispõe o Fisco, qual seja: a atividade econômica informada na DIPJ2005 e o faturamento que se presume ser decorrente dela, tendo vista a impossibilidade da Fazenda ter feito a correta apuração dos tributos diante do não esclarecimento das parcelas do faturamento corresponde ao transporte de carga e dos demais serviços constantes de contratado social da VIA NET EXPRESS TRANSPORTES LTDA.

5. Conforme assinalou o Auditor Fiscal no TVF: “*Constatou-se, a aplicação incorreta do percentual de 8% na apuração do lucro presumido como base de cálculo do IRPJ e de 12% na apuração da base de cálculo da CSLL em cada um dos trimestres dos anos-calendário de 2004 e 2006, uma vez que os CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) indicados pela empresa que estão relacionados à atividade de Organização de Transporte de Cargas e Agenciamento de Transporte Marítimo*”. Acrescentando ainda, “*que a atividade relacionada ao agenciamento de transporte marítimo é típica intermediação de negócios, portanto não se trata de atividade que autoriza a aplicação do coeficiente de 8% na determinação do Lucro Presumido, mas sim a de 32%, conforme previsto no artigo 519, inciso III, alínea "b", do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3000/1999*”.

6. Sobre a utilização incorreta do % em relação à CSLL, o Auditor Fiscal informa que “em consequência da revisão de Declaração levada a efeito em relação As DIPJ apresentadas relativamente aos anos-calendários de 2004 e 2006, constatei que na determinação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido o sujeito passivo incidiu no

mesmo erro que cometeu em relação ao IRPJ, ou seja, embora tenha declarado o exercício de atividades cujo coeficiente aplicável na determinação da base de cálculo da Contribuição Social é de 32%, empregou o coeficiente de 12%”.

7. Segundo a Fiscalização, intimada a esclarecer o motivo pelo qual utilizou o percentual de 8% quando o previsto para a atividade de intermediação de negócios é de 32%, o contribuinte não apresentou qualquer justificativa, limitando-se, somente após a segunda intimação, a requerer prorrogação de prazo.

8. Devido a inércia da Contribuinte em apresentar tal justificativa solicitada pelo Fisco, e tampouco em não apresentar a relação dos seus bens, sujeitou-se a aplicação do lançamento de multa de ofício, ao patamar de 112,5% de acordo com a previsão do artigo 44, inciso I e parágrafo 2º, inciso I, da Lei nº 9.430/1996.

9. Cientificado da autuação em 01/04/2009 (fl.77), **a interessado apresentou a impugnação** em 29/04/2009 (fls. 81/85), na qual alegou, em síntese, que:

- i) Presta serviço de transporte de cargas, e não mera intermediação/agenciamento. Isso porque possui uma estrutura toda montada para o movimento de cargas; tem no seu ativo fixo caminhões; emite mensalmente milhares de conhecimentos de transporte (documento fiscal que documenta uma prestação de serviço de transporte tributada pelo ICMS);
- ii) A conclusão da fiscalização está absolutamente equivocada em relação à impugnante, pois sua atividade é o transporte rodoviário e aéreo;
- iii) Informa que juntou aos autos todos os documentos solicitados pelo Auditor Fiscal antes da lavratura do Auto de Infração, através dos quais demonstra-se a correta utilização dos percentuais de 8% para o IRPJ e 12% para a CSLL, pois a impugnante presta serviços de transporte de cargas, não sendo mera agenciadora/intermediária;
- iv) Não fez a juntada de todos os conhecimentos de transporte emitidos no dia 18 de cada mês dos anos de 2004 e 2006 (conforme solicitado pela fiscalização), pois tais conhecimentos de transporte totalizam 8.323 documentos, conforme quadro resumo (doc. 10) e demonstrativo (Anexo 01). Ou seja, o volume de documentos é muito grande para juntar todos fisicamente, em razão do que a impugnante junta alguns conhecimentos de transporte emitidos no dia 18 de cada mês do ano de 2006;
- v) Aduz que só pela consulta ao CNPJ da impugnante, já se pode concluir que a prestação de serviço de transporte de carga é sua atividade principal, em razão do que o lucro presumido nos anos de 2004 e 2006 corretamente foi de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL);
- vi) Informa ainda que “o livro de registro de saídas do ano de 2004 também está gravado no CD-Rom (doc. 09), de modo que a impugnante somente junta o quadro resumo do movimento de cada mês (anexo 03, livro de saídas de 2004). Nestes resumos do final de cada período de apuração, consta o total faturado com transportes realizados para estabelecimentos industriais e comerciais, o valor do ICMS debitado no livro de apuração”;

vii) Requereu ao final, a procedência da impugnação apresentada, para anular o auto de infração lavrado, eis que a impugnante utilizou a base de cálculo correta para apuração do IRPJ (8%) e da CSLL (12) pelo lucro presumido nos anos de 2004 e 2006.

10. O Acórdão ora Recorrido (16-63.079 - 5^a Turma da DRJ/SPO) recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2004, 2006

LUCRO PRESUMIDO. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL E DE TRANSPORTE DE CARGAS.

Comprovando a contribuinte que parte de suas receitas decorre da prestação de serviços de transporte de carga, exonera-se parcialmente a exigência.

CSLL. DECORRÊNCIA.

O decidido quanto ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica aplica-se à tributação decorrente dos mesmos fatos e elementos de prova.

Impugnação Procedente em Parte

Crédito Tributário Mantido em Parte.

11. Isto porque, segundo entendimento da Turma, a legislação a ser observada, no presente caso, são os artigos 1º, 25 e 20 da Lei nº 9.430/96, que faz remissão aos artigos 15 e 20 da Lei nº 9.249/95 (com redação dada pela Lei nº 10.684/2003) para se apurar as bases de cálculo presumidas do IRPJ e da CSLL:

- i) Aplicam-se os percentuais de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL), para a atividade de prestação de serviços de transporte de carga;
- ii) Aplica-se o percentual de 32% (IRPJ e CSLL), para as atividades de prestação de serviços em geral e intermediação de negócios; e
- iii) No caso de atividades diversificadas aplica-se o percentual correspondente a cada atividade.
- iv) Considerou que “das peças juntadas aos autos, observa-se que a contribuinte pratica várias atividades relacionadas com a prestação de serviços em geral e a intermediação de negócios (organização do transporte de carga, acondicionamento, segurança, venda de passageiros, venda de frete aéreos), como bem argumenta a fiscalização. Para esses casos, deve-se aplicar o percentual de 32%.” – Fl.353;
- v) Manteve a autuação relativa ao ano-calendário de 2004 tendo em vista que a contribuinte não apresentou o livro de Registro de Saídas do ano de 2004,

por esse motivo “não há como identificar, dentre as inúmeras atividades praticadas pela contribuinte, quais as receitas correspondentes à prestação de serviços de transporte de carga”.

vi) Em relação ao ano-calendário de 2006, em que a Turma recalcularou tais créditos, levou-se em consideração a juntada de documentos aos autos que dizem respeito “as prestações de serviços de transporte para o estado (códigos CFOP 5.351, 5.352, 5.353, 5.354, 5.359 e 5.932) e para outros estados (códigos CFOP 6.351, 6.352, 6.353, 6.354, 6.357 e 6.932), a partir do qual podemos identificar, dentre as inúmeras atividades praticadas pela contribuinte, quais as receitas correspondentes à prestação de serviços de transporte de carga”. – Conforme tabela abaixo transcrita do Acordão de nº. 16-63.079 da 5ª Turma da DRJ/SPO, a saber:

Mês/Trimestre	CFOP 5000	CFOP 6000	Total
jan/2006	1.746.182,92	438.075,71	2.184.258,63
fev/2006	2.162.111,28	499.432,76	2.661.544,04
mar/2006	2.338.509,17	534.000,31	2.872.509,48
1º trim/2006	6.246.803,37	1.471.508,78	7.718.312,15
abr/2006	1.915.384,08	488.269,72	2.403.653,80
mai/2006	2.484.016,98	503.516,99	2.987.533,97
jun/2006	2.255.397,55	488.617,71	2.744.015,26
2º trim/2006	6.654.798,61	1.480.404,42	8.135.203,03
jul/2006	2.534.128,11	505.581,47	3.039.709,58
ago/2006	2.459.577,32	527.383,86	2.986.961,18
set/2006	2.255.385,04	438.876,93	2.694.261,97
3º trim/2006	7.249.090,47	1.471.842,26	8.720.932,73

12. Ao fazer o cotejo da tabela acima indicada com a receita bruta declarada, a 5ª Turma identificou: “para o ano-calendário de 2006, a receita correspondente à prestação de serviços de transporte de carga (total apurado na tabela acima, sujeita aos percentuais de 8%, para o IRPJ, e 12%, para a CSLL) e às demais atividades (diferença em relação à receita bruta declarada, sujeita ao percentual de 32%)”, de acordo com tabela abaixo transcrita do referido Acordão:

Trimestre	Receita bruta declarada	Receita 8% / 12%	Receita 32%
1º trim/2006	8.795.954,30	7.718.312,15	1.077.642,15
2º trim/2006	9.136.424,06	8.135.203,03	1.001.221,03
3º trim/2006	8.567.653,16	8.567.653,16	0,00
4º trim/2006	8.326.545,18	8.066.240,32	260.304,86

13. Assim, concluiu o órgão julgador, em recalcular os tributos mantidos em relação ao calendário-ano 2006 dos lucros presumidos de IRPJ e CSLL, fazendo-se necessário, portanto, a transcrição das tabelas indicadas abaixo:

D PAULO DRJ
Processo 19515.001002/2009-91
Acórdão n.º 16-63.079

Fl. 356
DRJ/SPO
Fls. 14

Cálculo do lucro presumido para o IRPJ

Trimestre	Receita 8%	Lucro 8%	Receita 32%	Lucro 32%	Lucro total
1º trim/2006	7.718.312,15	617.464,97	1.077.642,15	344.845,49	962.310,46
2º trim/2006	8.135.203,03	650.816,24	1.001.221,03	320.390,73	971.206,97
3º trim/2006	8.567.653,16	685.412,25	0,00	0,00	685.412,25
4º trim/2006	8.066.240,32	645.299,23	260.304,86	83.297,56	728.596,78

Cálculo do lucro presumido para a CSLL

Trimestre	Receita 12%	Lucro 12%	Receita 32%	Lucro 32%	Lucro total
1º trim/2006	7.718.312,15	926.197,46	1.077.642,15	344.845,49	1.271.042,95
2º trim/2006	8.135.203,03	976.224,36	1.001.221,03	320.390,73	1.296.615,09
3º trim/2006	8.567.653,16	1.028.118,38	0,00	0,00	1.028.118,38
4º trim/2006	8.066.240,32	967.948,84	260.304,86	83.297,56	1.051.246,39

IRPJ

	1º trim/2006	2º trim/2006	3º trim/2006	4º trim/2006
Lucro presumido	962.310,46	971.206,97	685.412,25	728.596,78
IRPJ (15%)	144.346,57	145.681,05	102.811,84	109.289,52
Base de cálculo do adicional	902.310,46	911.206,97	625.412,25	668.596,78
Adicional (10%).	90.231,05	91.120,70	62.541,23	66.859,68
Total	234.577,62	236.801,74	165.353,06	176.149,20
(-) Valor a compensar (fl. 58)	169.919,08	176.728,48	165.353,06	160.530,90
IRPJ mantido	64.658,54	60.073,26	0,00	15.618,30

14. Da impugnação julgada procedente em parte, houve interposição de recurso de ofício ao CARF em 11/11/2014 - (fl. 358).

15. Infrutífera a intimação por A.R da Contribuinte em 05/02/2015 (fl. 368), houve intimação por Edital de nº 49/2015 em 11/02/2015 (fl.370) em virtude da mesma encontrar-se em lugar incerto. A Contribuinte não apresentou recurso voluntário.

16. Tendo em vista a interposição de Recurso de Ofício, a parte desfavorável ao contribuinte foi lavrada em termo de representação de nº 08180/63/2015 para fins de cobrança do crédito tributário mantido – (fl. 971), desmembrando-se em um novo processo.

17. É o essencial ao relatório.

Voto

Conselheiro Daniel Ribeiro Silva - Relator.

Observo que as referências a fls. feitas no decorrer deste voto se referem ao e-processo.

Trata-se de Recurso de Ofício interposto contra a decisão da DRJ que deu parcial provimento à Impugnação do contribuinte.

Dá análise dos autos, é possível verificar que, ao que parece, a lavratura do presente lançamento se deu, em sua maior parte, em razão da inércia do contribuinte durante a fiscalização.

É isso que se infere do TVF, onde segundo a Fiscalização, intimada a esclarecer o motivo pelo qual utilizou o percentual de 8% quando o previsto para a atividade de intermediação de negócios é de 32%, o contribuinte não apresentou qualquer justificativa, limitando-se, somente após a segunda intimação, a requerer prorrogação de prazo.

Por sua vez, o contribuinte alega que não fez a juntada de todos os conhecimentos de transporte emitidos (conforme solicitado pela fiscalização), pois tais conhecimentos de transporte totalizam 8.323 documentos.

Entretanto, em sede de impugnação, promoveu a juntada de grande parte da documentação.

Com base na documentação apresentada, a DRJ constatou o exercício de atividade mista pelo contribuinte, conseguindo segregar para o ano-calendário de 2006, a receita correspondente à prestação de serviços de transporte de carga (total apurado na tabela acima, sujeita aos percentuais de 8%, para o IRPJ, e 12%, para a CSLL) e às demais atividades (diferença em relação à receita bruta declarada, sujeita ao percentual de 32%).

Assim, não há o que se reparar da decisão recorrida uma vez que o contribuinte logrou êxito em comprovar que parcela do seu faturamento efetivamente correspondia à prestação de serviços de transporte de carga, tendo sido correta a tributação por ele aplicada.

Diante do exposto, voto pelo não provimento do Recurso de Ofício.

É como voto.

(assinado digitalmente)

Daniel Ribeiro Silva